

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1663566 - PR (2020/0034370-7)

AGRAVANTE : JOÃO TROC
ADVOGADO : ELIZANDRA CRISTINA SANDRI RODRIGUES - PR040835
AGRAVADO : COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV
ADVOGADOS : AUGUSTO PASTUCH DE ALMEIDA - PR029178
: GUSTAVO DE ALMEIDA FLESSAK - PR031435
: VINICIUS RIBEIRO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - DF019680
: FABIO VACELKOVSKI KONDRAT - PR036767
: ALESSANDRO DULEBA - PR036348
: DANIELA PASTUCH CARNEIRO DE ASSIS - PR040053

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por JOÃO TROC , contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL BLOQUEIO VIA BACENJUD ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE PROVA ÔNUS DO DEVEDOR (ART 854 §3º I DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015) NATUREZA ALIMENTAR COMPROVAÇÃO AUSÊNCIA DECISÃO MANTIDA

Quanto à controvérsia dos autos, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 833, X, do CPC, no que concerne à impenhorabilidade do valor bloqueado, trazendo os seguintes argumentos:

Vinculado à referida conta bancária, há uma Aplicação RDC - Recibo de Depósito Cooperativo, na qual no ato do bloqueio BACENJUD, somava-se a quantia de R 26.524,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e quatro reais). (fls. 440).

Contudo, referido valor trata-se de economias que o Recorrente mantém guardada, as quais são oriundas de salário e demais vencimentos junto à Coopercarga. (fls. 440).

Para comprovar a origem do valor mantido junto à referida Aplicação RDC, juntou-se o extrato bancário integral do Recorrente, destacando-se em especial às transferências para referida aplicação, as quais foram realizadas em 20/02/2017 no valor de R 9.000,00 (nove mil reais) e 06/02/2018, no valor de R 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais), as quais são de origem de bonificação PPR. (fls. 441).

Conforme decisão recente do STJ, é impenhorável o valor correspondente a 40 salários mínimos de única aplicação financeira em

nome da pessoa, mesmo que esteja depositado por longo período de tempo. (fls. 440).

A garantia não se restringe às cadernetas de poupança prevista no art. 833 do Novo Código Processo Civil, abrangendo igualmente demais APLICAÇÕES. A (fls. 440).

[...] (fls. 440).

Conforme apresentado o resultado do BACENJUD nos autos, em nome do Recorrente, foi localizada somente referida conta bancária em nome do mesmo, o qual não dispõe de qualquer outro investimento financeiro, atendendo dessa forma os requisitos legais para que seja reconhecida a impenhorabilidade do referido valor. (fls. 441).

[...] (fls. 441).

Ao contrário do que restou consignado na decisão ora recorrida, há um grande equívoco do qual a Recorrida contribuiu visto que apresentou fundamentos distorcidos ao juízo. (fls. 441).

Prova de tal fato é que a Recorrida argumentou de forma absurda e sustentada em 1º e 2º de que é descontado da folha de pagamento do Recorrente o valor de R 9.000,00 (nove mil reais) a título de previdência, conforme abaixo transcrito: (fls. 441).

[...] (fls. 442).

No entanto trata-se de um erro grosseiro crer que o valor de R 9.000,00 informado no holerite trata-se do valor de previdência. Conforme se verifica dos holerites do Recorrente, onde consta R 9.000,00 - ou valor aproximado de R 9.000,00 é o valor de REFERÊNCIA para desconto da previdência e não o próprio valor de previdência. (fls. 442).

[...] (fls. 443).

Assim, entende-se que a fundamentação do acórdão ora embargado está totalmente contrária / divergente aos documentos que instruíram o Recurso, sendo portanto passível de reforma. (fls. 443).

Igualmente se trata quanto a prova de que o valor de e R 26.524,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e quatro reais), era oriundo de Aplicação RDC - RECIBO DE DEPÓSITO COOPERATIVO, valor este que se trata de impenhorável. (fls. 443).

Para comprovar a origem do valor mantido junto à referida Aplicação RDC, o Recorrente juntou extrato bancário integral do Sr. João, destacando-se em especial às transferências para referida aplicação, as quais foram realizadas em 20/02/2017 no valor de R 9.000,00 (nove mil reais) e 06/02/2018, no valor de R 8.250,00 (oito mil duzentos e cinquenta reais), as quais são de origem de bonificação PPR. (fls. 443).

Ao contrario do que restou decidido no Acórdão, o Recorrente comprovou que a origem do valor de R 26.524,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e quatro reais). (fls. 443).

Sendo única reserva do Recorrente o montante da Aplicação RDC, referida quantia é impenhorável. (fls. 443).

[...] (fls. 444).

Diante de todo o exposto e documentos que corroboram os argumentos, requer seja reformada o acórdão declarando nos termos do art. 833, X do Código de Processo Civil, a impenhorabilidade integral do valor bloqueado no valor total de R 26.524,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e quatro reais). (fls. 444).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Nos termos do artigo 854, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015, [2] intimado acerca da penhora de ativos financeiros, no prazo de 05 (cinco) incumbe ao devedor dias, comprovar que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis.

O agravante, no entanto, não se desincumbiu do ônus a ele atribuído.

Isso porque, embora afirme que o valor bloqueado é sua única aplicação financeira, constituída com os proventos de seu salário, não trouxe prova suficiente de suas alegações.

O agravante deixou de juntar aos autos o extrato da mencionada aplicação (RDC - recibo de depósito cooperativo), de modo que não é possível nem mesmo saber se, de fato, a constrição foi realizada em tal fundo.

Ademais, dada a ausência de maiores informações sobre tal aplicação, não é possível equipará-la a caderneta de poupança, como pretende o agravante.

Com efeito, o artigo 833, X, do Código de Processo Civil de 2015, prevê a impenhorabilidade de “quantia depositada em, até o limite de 40 caderneta de poupança”, regra que, inclusive, tem sido mitigada nas hipóteses em que (quarenta) salários-mínimos demonstrada a sua utilização como típica conta corrente.

Frise-se, ainda, que esta 15ª Câmara Cível não desconhece a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, excepcionalmente, a proteção deve estender-se a valores de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados não só em poupança, mas também em conta corrente, fundos de investimento ou guardados em papel-moeda.

Contudo, apesar da interpretação extensiva dada ao referido dispositivo legal, a leitura dos julgados revela que o reconhecimento da impenhorabilidade visa a resguardar, em verdade, valores que tenham sido poupados para viabilizar a subsistência do devedor e de sua família. Assim, eventuais valores sobressalentes, investidos no mercado financeiro e não utilizados para a subsistência do devedor e de sua família, são passíveis de penhora, justamente porque perderam seu caráter alimentar.

Na situação em apreço, como visto, o agravante não demonstrou a origem e destinação do numerário constrito, de modo que não há como afirmar que seria sua única reserva financeira.

[...]

Extraí-se, portanto, dos elementos existentes nos autos, que o agravante possui outra reserva financeira, e não só o apontado RDC.

Dessa forma, ausente prova da natureza alimentar do numerário bloqueado, deve ser mantida a constrição sobre os R\$ 26.838,74 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos) depositados em conta de titularidade do agravante.(fls. 387/388).

A decisão restou integrada ainda em sede de embargos de declaração:

Por meio do acórdão embargado, esta 15ª Câmara Cível entendeu que não há prova da natureza alimentar do valor de R\$ 26.838,74 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos), penhorado em contas de titularidade do ora embargante.

Com efeito, após exame de todos os elementos trazidos aos autos, afastou-se a arguição de impenhorabilidade da quantia constrita.

[...]

Veja-se que não houve nenhuma afirmação no sentido de que foi realizado desconto de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), mas sim vários descontos na folha de pagamento do embargante, que chegaria ao referido valor.

Ademais, independentemente da quantia mantida pelo embargante em fundo de previdência privada, fato é que resultou demonstrado que o RDC não seria sua única aplicação financeira.

Embora o embargante insista que não possui outra reserva além do RDC, depreende-se dos recibos de pagamento de salário por ele acostados aos autos que há descrição de "DESCONTO PREVIDENCIA PRIVADA" (fls. 420/421).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 27 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente